



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Seção II



ANO XXV — N.º 86

SÁBADO, 8 DE AGOSTO DE 1970

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

ATA DA 99.ª SESSÃO EM 7 DE AGOSTO DE 1970

4.ª Sessão Legislativa Ordinária da 6.ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. FERNANDO CORREIA

As 14 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena — Flávio Brito —
Edmundo Levi — Milton Trindade —
Cattete Pinheiro — Lobão da Silveira —
Sebastião Archer — Petrônio Portella —
Sigefredo Pacheco — Ruy Carneiro —
João Cleofas — Júlio Leite — José Leite —
Josaphat Marinho — Paulo Tôrres —
Aurélio Vianna — Gilberto Marinho —
Nogueira da Gama — Carvalho Pinto —
Lino de Matos — José Feliciano —
Fernando Corrêa — Filinto Müller —
Bezerra Neto — Adolpho Franco —
Mello Braga — Celso Ramos —
Antônio Carlos — Guido Mondin —
Daniel Krieger.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Corrêa) — A lista de presença acusa o comparecimento de 30 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declarou aberta a Sessão. Vai ser lida a Ata.

O Sr. 2.º-Secretário procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é, sem debate, aprovada.

O Sr. 1.º-Secretário lê o seguinte

EXPEDIENTE

OFÍCIOS

DO SR. 1.º-SECRETÁRIO DA
CAMARA DOS DEPUTADOS

Enviando, à revisão do Senado, autógrafos dos seguintes projetos:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N.º 55, DE 1970

(N.º 154-A/70, da Câmara
dos Deputados)

Aprova o Decreto-lei n.º 1.112, de 16 de julho de 1970, que autoriza a mobilização de créditos para integralização, por parte da União, das ações que subscrever no aumento de capital do Banco do Brasil S.A., e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º — É aprovado o Decreto-lei n.º 1.112, de 16 de julho de 1970, que autoriza a mobilização de créditos para integralização, por parte da União, das ações que subscrever no aumento de capital do Banco do Brasil S.A., e dá outras providências.

Art. 2.º — Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MENSAGEM N.º 214, DE 1970 (DO PODER EXECUTIVO)

Excelentíssimos Senhores Membros
do Congresso Nacional

Nos termos do parágrafo 1.º do artigo 55 da Constituição, tenho a honra de submeter à elevada deliberação do Congresso Nacional, acompanhado de exposição de motivos do Senhor Ministro da Fazenda, o texto do Decreto-lei n.º 1.112, de 16 de julho de 1970, publicado no Diário Oficial de 17 subsequente, que autoriza a mobilização de créditos para integralização, por parte da União, das ações que subscrever, até o limite de Cr\$ 240.000.000,00 (duzentos e quarenta milhões de cruzeiros), no aumento de capital do Banco do Brasil S.A. a ser aprovado pela Assembléia-Geral de Acionistas.

Brasília, 20 de julho de 1970. —
Emílio G. Médici.

DECRETO-LEI N.º 1.112 DE 16 DE JULHO DE 1970

Autoriza a mobilização de crédito para integralização, por parte da União, das ações que subscrever no aumento de capital do Banco do Brasil S.A., e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o arti-

EXPEDIENTE

SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

EVANDRO MENDES VIANNA
DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL

WILSON MENEZES PEDROSA
SUPERINTENDENTE

LENYR PEREIRA DA SILVA
Chefe da Divisão Administrativa

MAURO GOMES DE ARAÚJO
Chefe da Divisão Industrial

NELSON CLEOMENIS BOTELHO
Chefe da Seção de Revisão

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre Cr\$ 20,00
Ano Cr\$ 40,00

Via Aérea:

Semestre Cr\$ 40,00
Ano Cr\$ 80,00

O preço do exemplar atrasado será acrescido de Cr\$ 0,02

Tiragem: 15.000 exemplares

go 55, item II, da Constituição, decreta:

Art. 1.º — Fica autorizada a mobilização de créditos de que seja titular o Tesouro Nacional no Banco do Brasil S.A. para o fim específico da integralização por parte da União, das ações que subscrever, até o limite de Cr\$ 240.000.000,00 (duzentos e quarenta milhões de cruzeiros), no aumento de capital que vier a ser aprovado pela Assembléia-Geral de Acionistas daquela instituição financeira.

Parágrafo único — Não se incluem na autorização de que trata este artigo os créditos vinculados à execução orçamentária.

Art. 2.º — O Ministério da Fazenda ajustará com o Banco do Brasil S.A. as condições para a formalização da referida mobilização de recursos podendo, para esse fim, inclusive, vincular o produto dos dividendos gerados pela participação acionária do Tesouro Nacional no capital do referido Banco.

Art. 3.º — Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 16 de julho de 1970;
149.º da Independência e 82.º da República.

(As Comissões de Economia e de Finanças.)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N.º 56, DE 1970

(N.º 155-A/70, na Câmara dos Deputados)

Aprova o Decreto-lei n.º 1.114, de 21 de julho de 1970, que acrescenta parágrafo único ao art. 2.º do Decreto-lei n.º 1.097, de 23 de março de 1970.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º — É aprovado o Decreto-lei n.º 1.114, de 21 de julho de 1970, que acrescenta parágrafo único ao art. 2.º do Decreto-lei n.º 1.097, de 23 de março de 1970.

Art. 2.º — O presente decreto legislativo entrará em vigor na data de

sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MENSAGEM N.º 221, DE 1970

Exmos. Srs. Membros do Congresso Nacional:

Nos termos do § 1.º do artigo 55 da Constituição, tenho a honra de submeter à elevada deliberação do Congresso Nacional, acompanhado de exposição de motivos do Senhor Ministro das Minas e Energia, o texto do Decreto-lei n.º 1.114, de 21 de julho de 1970, publicado no *Diário Oficial* de 22 subsequente, que acrescenta parágrafo único ao artigo 2.º do Decreto-lei n.º 1.097, de 23 de março de 1970.

Brasília, 22 de julho de 1970. —
Emílio G. Médici.

DECRETO-LEI N.º 1.114
DF 21 DE JULHO DE 1970

Acrescenta parágrafo único ao artigo 2.º do Decreto-lei n.º 1.097, de 23 de março de 1970.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o arti-

go 55, inciso II, da Constituição, decreta:

Art. 1.º — Fica acrescido, ao artigo 2.º do Decreto-lei n.º 1.097, de 23 de março de 1970, o seguinte parágrafo:

Parágrafo único — A restrição contida no caput do mencionado artigo *in fine*, não se aplica à parcela de que trata o inciso II do artigo 1.º do presente Decreto-lei.

Art. 2.º — Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de julho de 1970; 149.º da Independência e 82.º da República.
— **Emílio G. Médici**.

Exposição de Motivos do Sr. Ministro das Minas e Energia.

Em 16 de julho de 1970

Exmo. Sr. Presidente da República:

O Decreto-lei n.º 1.097, de 23 de março de 1970, que mereceu a aprovação do Congresso Nacional, através do Decreto Legislativo n.º 6, de 1970, teve por objetivo fundamental tornar possível o aumento de capital por subscrição em dinheiro da Companhia Vale do Rio Doce, bem como a integralização da participação da União Federal no capital da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais — CPRM.

2. No que se refere ao segundo objetivo, no entanto, tendo em vista a fase inicial em que se encontra a CPRM, fundada há menos de um ano, verificou-se a inconveniência de empregar a mesma modalidade de obtenção de recursos adotada para a Companhia Vale do Rio Doce.

3. Para sanar essa dificuldade temos a honra de submeter à apreciação e eventual assinatura de Vossa Excelência o anexo projeto de Decreto-lei que acresce um parágrafo ao artigo 2.º do Decreto-lei acima referido.

Renovamos a V. Exa. os protestos de nosso mais profundo respeito. — **Dias Leite**.

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI N.º 493
DE 10 DE MARÇO DE 1969

Autoriza a elevação do capital do Banco da Amazônia S.A. e do Banco do Nordeste do Brasil S.A., e dá outras providências.

Art. 6.º — O Ministro da Fazenda poderá manter no Banco Central do Brasil, em conta especial de depósitos, os recursos originários da alienação, legalmente autorizada, de ações de propriedade da União, representativas do capital de sociedade de economia mista ou de sua subsidiária, ficando esses recursos reservados para aplicação em futuros aumentos do capital da própria sociedade emiteente das ações alienadas.

Parágrafo único — O Ministério do Planejamento e Coordenação Geral incluirá no Orçamento Plurianual de Investimentos, para o triênio 1969-1971, todas as parcelas relativas à Receita e Despesa programadas com as alienações e reinversões de que trata este artigo.

Art. 7.º — Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 8.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 10 de março de 1969; 148.º da Independência e 81.º da República. — **A. COSTA E SILVA** — Antônio Delfim Netto — José Costa Cavalcanti — Hélio Beltrão.

DECRETO-LEI N.º 1.097
DE 23 DE MARÇO DE 1970

Autoriza o Poder Executivo a incluir dotações no Orçamento Plurianual de Investimentos, para o triênio 1968-1970, e no Orçamento Geral da União, para o exercício financeiro de 1970.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 55, item II, da Constituição, decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a incluir no Orçamento Plurianual de Investimentos, para o triênio 1968-1970, e no Orçamento Geral da União, para o exercício financeiro de 1970, dotações até o mon-

tante de NCr\$ 52.000.000,00 (cinquenta e dois milhões de cruzeiros novos), em favor do Ministério das Minas e Energia — Gabinete do Ministro — com as seguintes destinações:

I — NCr\$ 34.000.000,00 (trinta e quatro milhões de cruzeiros novos) para integralização do aumento de capital da Companhia Vale do Rio Doce — CVRD;

II — NCr\$ 18.000.000,00 (dezoito milhões de cruzeiros novos) para integralização de parte do capital subscrito pela União na Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais — CPRM.

Art. 2.º — Os recursos de que trata o presente Decreto-lei são provenientes de operações realizadas ao amparo do disposto no artigo 6.º do Decreto-lei n.º 493, de 10 de março de 1969.

Art. 3.º — Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 23 de março de 1970; 149.º da Independência e 82.º da República.
— **EMÍLIO G. MÉDICI** — Antônio Delfim Netto — João Paulo dos Reis Velloso.

(A Comissão de Finanças.)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N.º 57, DE 1970

(N.º 156-A/70, na Câmara dos Deputados)

Aprova o Decreto-lei n.º 1.113, de 16 de julho de 1970, que autoriza a reinversão na Companhia Nacional de Alcalis, sob a forma de aumento de capital, dos dividendos que couberem ao Tesouro Nacional, em cada exercício social.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º — É aprovado o Decreto-lei n.º 1.113, de 16 de julho de 1970, que autoriza a reinversão na Companhia Nacional de Alcalis, sob a forma de aumento de capital, dos dividendos que couberem ao Tesouro Nacional, em cada exercício social.

Art. 2.º — O presente Decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

No seu art. 1.º, determina o projeto que:

"Aos deficientes de visão, total ou parcial, assim compreendidos os cegos e os ambliopes, é facultada nomeação, tanto em caráter efetivo como em comissão, em cargo público federal, considerados compatíveis com as condições de saúde e habilitação profissional, à vista de atestados de capacidade física e mental, fornecidos respectivamente, por serviço médico especializado e órgão psicotécnico oficial ou reconhecido."

Os parágrafos deste artigo disciplinam o exercício dessa faculdade.

O art. 2.º determina ao Poder Executivo a regulamentação da lei, no prazo de trinta dias.

A proposição vem acompanhada da seguinte justificação:

"O presente projeto visa a facultar aos portadores de deficiência visual o ingresso no serviço público e o exercício de determinadas atividades públicas, consideradas, hoje, após inspeção de saúde, perfeitamente compatível com suas condições físicas e capacidade mental.

A possibilidade do aproveitamento no serviço público de indivíduos ambliopes ou com deficiência visual qualquer, dependendo da função após o atestado passado por serviço médico especializado, é reclamada por eminentes oftalmologistas que têm ademais no seu aproveitamento uma solução não só de natureza social, como psicológica, como um meio eficaz de se evitar traumatismos por parte de muitos portadores de deficiência de visão que, marginalizados ou alvos unicamente de comisseração pública, acabam por julgar-se simples pesos mortos, seres inúteis ou elementos apenas importunos.

Os deficientes de visão, como de resto qualquer portador de defeito físico mais ou menos grave não querem que se lhes tenha apenas piedade ou compaixão, como se deles nada se pudesse esperar de útil para os demais seres humanos.

Quem, isto sim, que reconheça nas mesmas pessoas dotadas de uma potencialidade bem grande e que podem, em muitos casos, ser aproveitados com enorme vantagem em vários setores do serviço público.

O projeto enseja esta possibilidade e ao governo caberá regular convenientemente a matéria através de decreto, estabelecendo os cargos que ficarão sujeitos ao regime de provimento e investidura."

Consta, ainda, do processo, ofício da Associação de Cegos do Rio Grande do Sul, dirigida ao Presidente do Senado, solicitando a aprovação da matéria e congratulando-se com o seu autor.

O projeto é, sem dúvida, daqueles que só podem merecer a simpatia e o aprêço do Congresso Nacional, pois que visa a perfeita integração dos cegos e ambliopes na comunidade brasileira. Sua aprovação seria tranquilamente recomendada neste parecer, se não fôsse o que dispõe o n.º V do art. 57 da Constituição Federal, que reza:

"Art. 57 — É da competência exclusiva do Presidente da República a iniciativa das leis que:

V — disponham sobre servidores públicos da União, seu regime jurídico, provimento de cargos públicos, estabilidade e aposentadoria de funcionários civis, reforma e transferência de militares para inatividade; ou

A simples leitura do mandamento constitucional, verifica-se que todo e qualquer projeto de lei que disponha sobre servidores públicos da União, seu regime jurídico e provimento de cargos públicos, não pode ser da iniciativa de qualquer membro ou comissão da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal, reservada que é, de modo exclusivo, ao Presidente da República.

Ante o exposto, é evidente a inconstitucionalidade do presente projeto. Tendo em vista, porém, a sua alta finalidade, propomos, preliminarmente, que esta Comissão dirija-se à Asso-

ciação de Cegos do Rio Grande do Sul, encaminhando o presente parecer e a cópia do projeto, sugerindo que a mesma pleiteie a medida junto ao Exmo. Sr. Presidente da República.

Em conclusão, a Comissão de Constituição e Justiça, nos termos deste parecer, opina pela inconstitucionalidade do Projeto de Lei do Senado n.º 19, de 1970.

Sala das Comissões, em 5 de agosto de 1970. — **Petrônio Portella**, Presidente — **Antônio Carlos**, Relator — **Adolpho Franco** — **Josaphat Marinho** — **Carvalho Pinto** — **Carlos Lindenberg** — **Guido Mondin**.

PARECERES

N.ºs 524, 525 E 526, DE 1970

sobre o Projeto de Lei do Senado n.º 21—DF, de 1970 que autoriza o Poder Executivo do Distrito Federal a abrir, em favor da Secretaria de Serviços Públicos, o crédito especial de Cr\$ 280.000,00 (duzentos e oitenta mil cruzeiros) para o fim que especifica.

PARECER N.º 524

Da Comissão de Constituição e Justiça

Relator: Sr. Guido Mondin

O Projeto sobre o qual somos chamados a opinar tem por objeto autorizar o Sr. Governador do Distrito Federal a abrir em favor da Secretaria de Serviços Públicos crédito especial de Cr\$ 280.000,00.

Na exposição de motivos que acompanha a Mensagem, o Sr. Governador do Distrito Federal salienta o rigor com que os órgãos técnicos a ele subordinados vêm cumprindo as disposições da lei de meios. Apesar de todo esse cuidado ocorreu um lamentável equívoco quando da elaboração da proposta orçamentária pelos órgãos técnicos competentes, criando uma situação de fato que está a requerer solução urgente face a imperativos de ordem legal.

É que, continua o Sr. Governador, não constam, "no anexo correspondente à Secretaria de Serviços Públicos, da Lei de Meios do Distrito Federal, para o corrente exercício, dotação para fazer face às despesas oriundas de contratação de pessoal, o que já está ocasionando sérios transtor-

nos, face a compromissos assumidos pela anterior e por esta Administração".

Deflui do exposto que a solicitação de crédito especial sob exame decorreu de um engano dos órgãos técnicos do Governo na Capital na elaboração da respectiva Lei de Meios. Nota-se, também, que essa situação de fato vem criando graves problemas para a Administração do Distrito Federal. Vemos, finalmente, que o projeto aponta a fonte de onde sairão os mesmos, na forma do item III, parágrafo 1.º, do art. 43 da Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

A matéria, quanto do seu mérito, deverá ser apreciada pelas doulas Comissões do Distrito Federal e de Finanças.

Do ponto de vista juridico-constitucional, nada vemos que possa obstar sua aprovação.

Sala das Comissões, em 23 de julho de 1970. — **Antônio Carlos**, Presidente em exercício — **Guido Mondin**, Relator — **Eurico Rezende** — **Milton Trindade** — **Julio Leite** — **Josaphat Marinho** — **Carlos Lindenberg**.

PARECER N.º 525, DE 1970

Da Comissão do Distrito Federal

Relator: Sr. Dinarte Mariz

O presente projeto autoriza o Governo do Distrito Federal a abrir, em favor da Secretaria de Serviços Públicos, o crédito especial de Cr\$ 280.000,00 (duzentos e oitenta mil cruzeiros), para contribuição de previdência social.

O artigo 2.º estabelece:

"Os recursos necessários à abertura do crédito a que se refere o artigo anterior serão obtidos na forma do item III, § 1.º, do artigo 43, da Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964, pela anulação parcial de igual valor da dotação orçamentária abaixo especificada do Orçamento do Distrito Federal (Decreto-lei n.º 752, do 8 de agosto de 1969)".

A exposição de motivos diz:

"Justifica a presente solicitação o fato de não constar no anexo correspondente à Secretaria de Ser-

viços Públicos, da Lei de Meios do Distrito Federal, para o corrente exercício, dotação para fazer face às despesas oriundas de contratação de pessoal, o que já está ocasionando sérios transtornos, face a compromissos assumidos pela anterior e por esta Administração.

O rigor administrativo com que os órgãos técnicos do Governo do Distrito Federal realizam suas tarefas tem sido objeto de referências elogiosas da parte dos mais altos escalões da Administração Federal, mormente em trabalhos de natureza orçamentária. Ainda assim, ocorreu um lamentável equívoco quando da elaboração da proposta orçamentária pelos órgãos técnicos competentes, criando uma situação de fato que requer solução imediata face ao imperativo de ordem legal.

Eis que, o não recolhimento em dia das contribuições aludidas, resulta em penalidades para o empregador, além de prejudicar a assistência previdenciária aos servidores contratados.

Fundamenta-se a presente proposição nos artigos 42 e 43, da Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964, e os recursos necessários serão retirados da rubrica 31.5.00.00 — Despesas de Exercícios Anteriores, da mesma unidade orçamentária deste Governo."

Por conseguinte, trata-se de solicitação de crédito adicional resultante de anulação de dotação orçamentária, atendendo, pois, o disposto na Lei n.º 4.320, de 1964, que estabelece normas de direito financeiro.

Ante o exposto, opinamos pela aprovação do presente projeto.

Sala das Comissões, em 28 de julho de 1970. — **Julio Leite**, Presidente — **Dinarte Mariz**, Relator — **Guido Mondin** — **Argemiro de Figueiredo** — **Waldemar Alcântara** — **Petrônio Portella**.

PARECER N.º 526, DE 1970

Da Comissão de Finanças

Relator: Sr. Carlos Lindenberg

Na forma do artigo 42, inciso V, combinado com o artigo 17, parágrafo

1.º, da Constituição, o Presidente da República submeteu à apreciação do Senado Federal, acompanhado de exposição de motivos do Governador do Distrito Federal, o presente projeto de lei, que autoriza o Poder Executivo do Distrito Federal a abrir, em favor da Secretaria de Serviços Públicos, o crédito especial de duzentos e oitenta mil cruzeiros, para contribuição da Previdência Social.

É que a referida Secretaria não dispõe, para o exercício corrente, de recursos para fazer face às despesas oriundas de contratação de pessoal. E isso acarreta sérios transtornos, em virtude de compromissos assumidos pela administração.

A matéria foi considerada constitucional e jurídica, pela Comissão competente e aprovada pela Comissão do Distrito Federal. Agora, vem a esta Comissão, que deve pronunciar-se a respeito do aspecto financeiro.

O projeto abre, em favor da Secretaria de Serviços Públicos, o crédito especial no valor de duzentos e oitenta mil cruzeiros, na seguinte dotação orçamentária: 30.0.00.00 — Despesas Correntes; 32.0.00.00 — Transferências Correntes; 32.5.00.00 — Contribuição de Previdência Social.

No artigo 2.º está indicada a fonte dos recursos necessários, o que obedece ao disposto no item III, § 1.º, do art. 4.º da Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964. Assim será anulado parcela de igual valor da dotação orçamentária 30.0.00.00 — Despesas Correntes; 31.0.00.00 — Despesas de Custeio; 31.5.00.00 — Despesas de Exercícios anteriores.

Dessa forma, está atendida a exigência legal, no sentido de que a abertura dos créditos suplementares e especiais depende dos recursos disponíveis. E como recurso são considerados os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de crédito adicionais autorizados em lei.

A movimentação das dotações em apreço são exequíveis e atendem o disposto em lei. Por êsse motivo, so-

mos pela aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 5 de agosto de 1970. — **Carvalho Pinto**, Presidente — **Carlos Lindenberg**, Relator — **Benedicto Valladares** — **Antônio Carlos Mello Braga** — **Cattete Pinheiro** — **Adolpho Franco** — **Waldemar Alcântara** — **Petrônio Portella**.

PARECER N.º 527, DE 1970

da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei da Câmara n.º 23, de 1970 (n.º 2.192-B/70, na Câmara), que inclui no Orçamento Plurianual de Investimentos o Projeto de Crédito Rural Orientado.

Relator: Sr. Waldemar Alcântara

O presente projeto inclui no Orçamento Plurianual de Investimentos o Projeto de Crédito Rural Orientado, destinado a contribuir para o fortalecimento econômico-social de pequenos e médios produtores rurais e ao aparelhamento de suas cooperativas, no valor global de Cr\$ 322.000.000,00 (trezentos e vinte e dois milhões de cruzeiros), equivalente a US\$ 70.000.000,00 (setenta milhões de dólares) — art. 1.º

Os parágrafos 1.º e 2.º do art. 1.º são do seguinte teor:

“§ 1.º — Para o exercício financeiro de 1970 o valor previsto para execução do projeto é de Cr\$ 166.400.000,00 (cento e cinquenta e seis milhões e quatrocentos mil cruzeiros), sendo Cr\$ 82.800.000,00 (oitenta e dois milhões e oitocentos mil cruzeiros) de recursos externos e Cr\$ 73.600.000,00 (setenta e três milhões e seiscentos mil cruzeiros) de recursos internos.

§ 2.º — As aplicações previstas para os exercícios subsequentes serão incluídas nos próximos Orçamentos Plurianuais de Investimentos.”

Quanto aos recursos necessários ao financiamento do disposto no art. 1.º, o projeto (art. 3.º) diz que “serão proporcionados por operação de empréstimo externo contratada com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com a intervenção do Banco Central do Brasil, e contrapartida de

recursos internos no montante equivalente ao valor financiado, sendo parcela à conta do Fundo Geral para Agricultura e Indústria (FUNAGRI) e parcela sob responsabilidade dos Agentes Financeiros participantes do Projeto”.

A exposição de motivos diz:

“O referido Projeto envolve aplicações de recursos no montante de US\$ 70 milhões para o triênio 1970/72, equivalente em moeda nacional, a preços de 1970, a Cr\$ 322 milhões, dos quais o Banco Interamericano de Desenvolvimento, de acordo com contrato de empréstimo já firmado, concorrerá com uma parcela de US\$ 35 milhões, e, a contrapartida de recursos internos, em igual importância, correrá parte à conta do Fundo Geral para Agricultura e Indústria (FUNAGRI), no valor de US\$ 28 milhões, e parte sob responsabilidade dos Agentes Financeiros participantes do Projeto, no valor de US\$ 7 milhões.

A amortização do empréstimo será mediante o pagamento de 34 (trinta e quatro) prestações semestrais, consecutivas, por sua equivalência em dólares, a primeira das quais será paga em 30 de novembro de 1973, e as restantes nos dias 30 de maio e 30 de novembro de cada ano subsequente até 30 de maio de 1990.

Os juros, a uma taxa de 3 1/4% ao ano (três e um quarto por cento) serão pagas semestralmente sobre os saldos devedores, contados a partir das datas dos respectivos desembolsos, começando o pagamento em 30 de novembro de 1970.”

O cronograma de aplicações foi também previsto na exposição de motivos (fls. 5) e o órgão executor será o Banco Central do Brasil.

De nosso ponto de vista, temos a aduzir que a proposição obedece ao disposto na Lei n.º 4.320, de 1964, que estatui normas de direito financeiro e demais diplomas que regem a

matéria, motivo pelo qual opinamos por sua aprovação.

Sala das Comissões, em 5 de agosto de 1970. — **Carvalho Pinto**, Presidente — **Waldemar Alcântara**, Relator — **Mello Braga** — **Antônio Carlos** — **Benedicto Valladares** — **Adolpho Franco** — **Cattete Pinheiro** — **Carlos Lindenberg** — **Petrônio Portella**.

PARECERES

N.ºs 528 e 529, DE 1970

sobre o Projeto de Decreto Legislativo n.º 49, de 1970 (n.º 149-A/70, na Câmara dos Deputados), que aprova o Decreto-lei n.º 1.109, de 26 de junho de 1970, que reformula o Decreto-lei n.º 157, de 10 de fevereiro de 1967, e altera a legislação sobre o Imposto de Renda.

PARECER N.º 528

Da Comissão de Economia

Relator: Sr. Flávio Brito

Vem ao exame desta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo n.º 49, de 1970, que aprova o Decreto-lei n.º 1.109, de 26 de junho de 1970, que reformula o Decreto-lei n.º 157, de 10 de fevereiro de 1967, e altera a legislação sobre o Imposto de Renda.

A matéria foi submetida à deliberação do Congresso Nacional, pelo Presidente da República, na forma do Parágrafo 1.º do artigo 55 da Constituição, e mereceu aprovação da Câmara dos Deputados, após audiência das Comissões competentes.

Exposição do Ministro da Fazenda acompanha o texto do Decreto-lei em exame. Nela, aquela autoridade informa que o ato legislativo está amparado pelo art. 55 da Constituição, “por se tratar de matéria financeiro-tributária de interesse público relevante e cuja adoção se torna urgente, a fim de alcançar os objetivos pretendidos”.

Assinala o Ministro da Fazenda que “a institucionalização do sistema de estímulo às atividades do mercado de ações, através da concessão de benefícios fiscais, levada a efeito pelo Decreto-lei n.º 157, de 10 de fevereiro de 1967, constituiu, com elevada eficiência, para o fortalecimento das

Bólsas de Valôres e possibilitou a colocação, junto ao público, de maciços lançamentos de ações novas, concorrendo efetivamente para o revigoreamento da empresa brasileira”.

Agora, três anos passados, a experiência indica a necessidade de “novos aprimoramentos no sistema”, frisa o referido Secretário de Estado. É que o prazo de dois anos previstos para liquidação dos depósitos ou certificados de compra de ações, foi considerado exíguo “para a criação de condições que permitam o lançamento dos respectivos títulos no mercado”.

Essas e outras causas, apontadas na exposição de motivos, levou o titular da Fazenda a sugerir a reformulação do Decreto-lei n.º 157/67.

Na realidade, as modificações introduzidas na legislação em aprêço atendem à conjuntura econômica do País, motivo por que somos pela a aprovação do projeto de decreto legislativo em exame.

Sala das Comissões, em 6 de agosto de 1970. — Carlos Lindenberg, Presidente em exercício — Flávio Brito, Relator — Cattete Pinheiro — Antônio Carlos — Milton Trindade — Bezerra Neto — Nogueira da Gama.

PARECER N.º 529

Da Comissão de Finanças

Relator: Sr. Waldemar Alcântara

O presente projeto aprova o Decreto-lei n.º 1.109, de 1970, que reformulou o Decreto-lei n.º 157, de 1967, e altera a legislação do Imposto de renda.

2. A principal modificação está contida no artigo 1.º do citado Decreto-lei n.º 1.109, de 1970:

“Art. 1.º — Os recursos arrecadados a partir da data da publicação deste Decreto-lei, sob a forma de depósitos ou certificados de compra de ações de que trata o artigo 2.º do Decreto-lei n.º 157, de 10 de fevereiro de 1967, serão liquidados em 3 (três) parcelas anuais, vencíveis ao final do segundo, terceiro e quarto ano, a contar da realização do depósito ou da emissão do certificado, conserva as normas estabelecidas no artigo 10 do Decreto-lei n.º 403, de 30 de dezembro de 1968.”

A liquidação acima referida será calculada sobre o valor das cotas, à época do resgate, atendidos os seguintes percentuais:

a) na primeira parcela, 30% (trinta por cento);

b) na segunda parcela, 50% (cinquenta por cento);

c) na terceira parcela, o saldo existente.

O § 2.º deste art. 1.º estabelece que o Conselho Monetário Nacional poderá modificar os prazos e percentuais retrocitados, observado o limite de quatro (4) anos para o resgate.

O art. 2.º do Decreto-lei n.º 1.109, de 1970, diz:

“A aplicação dos recursos arrecadados, destinados à constituição de Fundos de Investimentos, na forma prevista no Decreto-lei n.º 157, de 10 de fevereiro de 1967, poderá ser disciplinada pelo Conselho Monetário Nacional de forma a permitir, inclusive, a utilização de percentagens na subscrição de debêntures conversíveis em ações ou na aquisição de ações novas, ambas emitidas por empresas de pequeno e médio porte.”

Além dessas medidas o referido diploma legal, no art. 3.º, estabelece que “os aumentos de capital das pessoas jurídicas mediante a incorporação de reservas ou luvros em suspenso não sofrerão tributação de imposto de renda”.

3. A exposição de motivos do Ministro da Fazenda diz:

“O prazo de dois anos para liquidação dos depósitos ou certificados de compra de ações previsto no citado Decreto-lei n.º 157, mostrou-se exíguo para a criação de condições que permitam o lançamento dos respectivos títulos no mercado, razão porque, no anexo projeto, estou propondo a sua ampliação para quatro anos, mediante resgates parcelados a partir do segundo ano.

Do mesmo modo, verifica-se que o sistema em vigor não tem contemplado, na medida que seria desejável, às empresas menores, consideradas de pequeno e médio porte, deficiência que o projeto

anexo procurou corrigir dentro do entendimento de que o fortalecimento dessas empresas é de primordial interesse para o desenvolvimento da economia nacional. A não incidência do imposto de renda, em caráter permanente, sobre os aumentos de capital mediante a incorporação de reservas ou lucros em suspenso, vem ao encontro da política encetada pelo Governo, no sentido de criar condições para o fortalecimento das empresas estimulando-se a capitalização e em consequência, à formação de poupanças.”

4. Do ponto de vista financeiro, convém relembrar que uma das providências fundamentais no sentido de reduzir a procura de crédito no exterior para promover o desenvolvimento brasileiro é o fortalecimento do mercado nacional de capitais. Esse mercado de capitais teve implantação relativamente recente, sujeito, portanto, a eventos paralelos e contraditórios, os quais exigem medidas de modo a adequá-lo à conjuntura sócio-econômica. Dentre essas providências, a que adia por dois anos a liquidação dos certificados de compra de ações e a que isenta a empresa do imposto de renda quando da incorporação de reservas ou lucros suspensos, na verdade impõe uma poupança pelo prazo de 4 (quatro) anos e propicia a intensificação da capitalização das empresas.

Dentro dessa ordem de idéias que supõe haja escassez ou subutilização de capitais nacionais e que a intenção do projeto é a de promover o crescimento do mercado doméstico, opinamos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 30 de julho de 1970. — Argemiro de Figueiredo, Presidente — Waldemar Alcântara, Relator — Mem de Sá — Carlos Lindenberg — Flávio Brito — Mello Braga — Raul Giuberti — Júlio Leite — Petrônio Portella — Guido Mondin.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Corrêa) — Não há expediente a ser lido.

Tem a palavra o nobre Senador Gilberto Marinho, primeiro orador inscrito.

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR GILBERTO MARINHO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Corrêa) — Tem a apalavra o nobre Senador Adalberto SENA.

O SR. ADALBERTO SENA (Lê o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, ouviu o Senado magnífica exposição do Ministro Delfim Netto sobre a estratégia adotada pelo Governo para promover o rápido desenvolvimento nacional. Afirmou que o Programa de Integração Nacional, cujo ponto culminante é a Rodovia Transamazônica, constitui nova etapa dessa estratégia, através da qual se quer deslocar o centro de gravidade econômica do Brasil, visando a mobilização das imensas riquezas daquela distante região.

Não podemos, de forma alguma, negar a competência, e mais do que isso, o brilhantismo com que o Prof. Delfim Netto vem se conduzindo à frente do Ministério da Fazenda, que lhe foi confiado pelo ex-presidente Costa e Silva e no qual se mantém no Governo Garrastazu Médici. Creio mesmo que ninguém negará suas aptidões para o cargo. Desejo, no entanto, fazer alguns reparos ao que nos veio dizer o Prof. Delfim Netto, buscando mais uma cooperação do que a crítica à sua gestão.

Sr. Presidente, em sua fala perante esta Casa o Ministro da Fazenda nos trouxe resultados propícios alcançados nos vários setores da vida econômico-financeira do País. Aos dados animadores juntou o otimismo de quem confia em nossas potencialidades e, mais do que isso, em nosso futuro de grande País. Isso nos é, sem dúvida, alvarejo: à competência e excepcional capacidade de trabalho, muitas vezes de notável valor criativo, soma o Prof. Delfim Netto sua confiança e seu otimismo no Brasil, fator esse que reputamos de suma importância.

É de se lamentar, porém, que em sua brilhante e minuciosa exposição o Ministro da Fazenda não tenha, uma única vez, se referido a questões relacionadas com a grande maioria do povo brasileiro, que, sabemos todos, vi-

ve dias de extrema dificuldade. Constituiu isto uma falha bastante grave, uma vez que, em nossa opinião, todo esforço de enriquecimento só se justifica tendo em vista a melhoria de vida do brasileiro. E aqui falhou lastimavelmente o ilustre Ministro da Fazenda. Os êxitos indiscutíveis alcançados na política econômico-financeira, sobre os quais tão bem nos falou, já justificariam medidas que objetivassem desafogar a vida do trabalhador brasileiro.

Sr. Presidente, deu especial ênfase o Prof. Delfim Netto, em justificado ufanismo, aos magníficos resultados alcançados no esforço de mobilização de recursos empreendido pelo Governo. Sobre isso, aliás, tem falado reiteradamente, como o fez em recente encontro de organizações financeiras ocorrido nesta capital, quando salientou o êxito alcançado pelo Banco Nacional de Habitação na captação de recursos que alcançam cifra elevadíssima. Ora, creio que em grande parte essa captação de recursos provém de restrições impostas, por exemplo, à liberdade salarial. A severa política salarial adotada desde 1964, com distorções que nem mesmo o Governo tem, ultimamente, negado, muito tem contribuído para essa espantosa mobilização de recursos sobretudo por parte das empresas. Seis anos de inflexível e rígida política salarial tornaram extremamente penosa a vida do assalariado. Isso não pode ser ignorado pelas autoridades governamentais, inclusive porque o próprio Presidente Garrastazu Médici teve o mérito de proclamar, em notável pronunciamento que fez à Nação, que a "economia pode ir bem, mas o povo vai mal".

Creio, Sr. Presidente, que os êxitos sobre os quais tão bem nos falou o Prof. Delfim Netto justificariam a adoção de corretivos que abrandassem a política salarial, atendendo-se às sucessivas e dramáticas solicitações dos órgãos das classes trabalhadoras. Em São Paulo, onde ocorre a maior concentração operária do país, reiteradas reivindicações têm sido dirigidas ao governo, sem que tenham até agora alcançado resultados positivos. Se o próprio Presidente Médici sente e vê que o "povo não vai bem", por que não se concede ao assalariado, pelo

menos parcialmente, aquilo que seus órgãos representativos vêm reivindicando há tantos anos e sempre em vão?

O Sr. Cattete Pinheiro — V. Exa. permite um aparte?

O SR. ADALBERTO SENA — Pois não.

O Sr. Cattete Pinheiro — Relevo-me V. Exa. interromper o seu discurso. Não seria eu quem teria condições de analisar em profundidade o problema salarial que V. Exa. focaliza. Devo, no entanto, por um dever de justiça, dizer que o Ministro Delfim Netto, nos seus pronunciamentos últimos, não tem esquecido esse problema das condições de vida do povo. Parece-me que, se o povo brasileiro não vai bem atualmente, já foi muito pior em anos passados e relativamente próximos. De maneira que, releve V. Exa. este meu aparte, somente para salientar, por um dever de justiça, a atuação do Ministro Delfim Netto, pelo seu trabalho operoso, pela sua dedicação real à solução dos problemas econômicos-financeiros do País.

O SR. ADALBERTO SENA — Nobre Senador Cattete Pinheiro, V. Exa. nada tem a se desculpar por ter interrompido a minha oração. Mas se V. Exa. se refere a outros pronunciamentos do Ministro Delfim Netto, devo explicar que estou me referindo ao pronunciamento feito ultimamente no Senado, pronunciamento que foi de importância tal e abordou tão fundamentalmente a situação econômica do País — evidentemente, não pode estar nunca desligada da situação social — que é de causar estranheza não tivesse ao menos feito referência mesmo de leve ao problema que estou tratando como única restrição às palavras ouvidas no Senado.

O Sr. Cattete Pinheiro — Permite V. Exa. novo aparte? (Assentimento do orador.) — Talvez não necessitasse o Sr. Ministro Delfim Netto focalizar em palavras o interesse do Governo pela situação do povo brasileiro. Sabe V. Exa. que a Transamazônica é uma das maiores demonstrações de interesse pelas condições de vida do povo nordestino e da Amazônia que o Governo brasileiro, em qualquer tempo, já tenha dado.

O SR. ADALBERTO SENA — Nobre Senador Cattete Pinheiro, a Transamazônica é uma grande realização e não seria eu, que como V. Exa. pertence àquela região, que iria negar sua importância. Mas se trata de um empreendimento a longo prazo; não é problema do operário atual, do assalariado, que está reivindicando, dia a dia, melhoria da situação afetada pela constante elevação do custo de vida. Já tenho mesmo, em outros pronunciamentos, no Senado, me referido à distinção que devemos fazer entre soluções a curto e a longo prazo. As soluções a longo prazo, grandiosas, não devem excluir outras, menos grandiosas, mas nem por isto menos prementes. Temos vários exemplos disso mesmo na Amazônia.

Quando surge uma calamidade pública, na Amazônia, como surgiu agora no Nordeste, não é de se esperar que o Governo aguarde os resultados dessas soluções para vir em socorro da população. Ele é obrigado a intervir imediatamente; tem que olhar para o problema que se apresenta no momento. Por isso mesmo o Presidente Médici deslocou-se para aquela região, tal a urgência da situação calamitosa em que se encontrava a população.

E nesse sentido, nobre Senador Cattete Pinheiro, que me pronuncio. Não nego que o Governo esteja projetando muita coisa que poderá, no futuro, reverter em benefício do País, como também do seu povo. Não nego isto. O que quero dizer, neste pronunciamento, é que em assuntos dessa natureza nós, da Oposição, esperávamos que o Ministro da Fazenda nos dissesse alguma coisa a respeito. E nesse sentido que faço restrições, objeções a S. Exa. Longe de mim fazer crítica a ponto de dizer que S. Exa. é indiferente ao problema. Nesse ponto estou de pleno acôrdo com V. Exa., e presto êstes esclarecimentos.

Mas, continuando, Sr. Presidente:

(Lê.)

Situação semelhante ocorre com o funcionalismo público. Esse um problema de todo aquele que vive de salários. Um estudo comparativo do salário real tanto do trabalhador como do servidor público nesta última década, especialmente de 1964 para

cá, exibiria, na crueza dos dados, um quadro alarmante: a substancial perda de salário real, ao mesmo tempo que a inflação eleva permanentemente os custos de tudo que é essencial à sobrevivência humana. Êste um estudo que o Exmo. Sr. Presidente da República poderia determinar e nenhuma dúvida tenho de que providências imediatas haveriam de vir no sentido de ao menos amenizar as agruras da imensa maioria do povo brasileiro.

Mas, Sr. Presidente, não é apenas a perda substancial e constante do salário real que infelicitiza o assalariado em nosso País. Todo um conjunto enorme de fatores recai com a mesma violência precisamente sobre aqueles que deveriam merecer maior atenção por parte do Governo. É o que se dá com a correção monetária cobrada nos financiamentos do Banco Nacional da Habitação — problema que permanece insolucionado apesar do interesse por êle revelado pelo eminente Presidente Médici. O devedor do BNH continua esmagado por um processo que torna sua dívida cada vez maior, à medida que vai amortizando suas prestações, fatalidade a que conduz o critério de adicionar à Tabela Price a correção monetária. Torna-se, dessa forma, o poderoso Banco Nacional da Habitação fator escorchantemente da economia popular, levando ao desespero grande número de brasileiros.

O Sr. Cattete Pinheiro — Permite V. Exa. outro aparte?

O SR. ADALBERTO SENA — Com prazer.

O Sr. Cattete Pinheiro — Neste assunto que acaba de apontar, V. Exa. é absolutamente injusto na sua afirmativa. O Plano Nacional de Habitação nada tem de escorchantemente, nada tem daquilo que os seus adversários teimam em repetir, porque não encontram outra alternativa para a discussão do problema. É verdade que a Tabela Price e o pagamento a longo prazo, não podem atender aos interesses daqueles que têm dinheiro para construir a sua residência com recursos próprios como melhor entendam construí-las. Mas, aqueles que não têm absolutamente recursos, que viviam pagando alugueis, êstes,

sim, muitas vezes escorchantes por toda a sua vida, encontraram e encontram no Plano Nacional de Habitação a única solução possível para o seu problema. Verdade que, muitas vezes, aparentemente, o débito inicial aumenta porque acrescido de juros e de correção da dívida em função do Plano, mas é verdade também que se procura esquecer, que se procura silenciar sobre outros aspectos fundamentais do Plano Nacional de Habitação que são aqueles de caráter absoluta e nitidamente social, como o seguro que cobre, não só o imóvel adquirido pelo comprador da casa financiada, mas também o próprio adquirente. Se o mutuário final, após receber a chave de sua casa, vier a falecer uma semana, um dia, após a assinatura do contrato, a residência passa a pertencer à sua família ou ao beneficiário que tenha indicado sem mais qualquer ônus. Então, somente isto, Senador Adalberto Sena, em nosso entender, responde às afirmativas pelas quais se pretende apresentar somente em ângulos negativos a grande obra do Banco Nacional da Habitação, classificando como escorchantemente o Plano Nacional de Habitação no que concerne à aquisição da casa própria pelos menos afortunados. Releve-me V. Exa., nobre Senador Adalberto Sena, a interrupção um pouco longa, mas, julgo-a necessária a fim de ser dada resposta a essas afirmativas que o ilustre colega acaba de fazer, e que ouvi com todo o respeito, mas que fogem inteiramente à verdade.

O SR. ADALBERTO SENA — Muito obrigado pelo aparte. V. Exa., nobre Senador Cattete Pinheiro, fez referência a seguro. No entanto — e insisto neste ponto — minha crítica não se enquadra nesta linha. Todos reconhecemos as vantagens do seguro para o adquirente de casa. Mas o seguro é coisa incidental. Ele traz vantagens futuras no caso de morte do proprietário, do comprador. Aqui mesmo, no Senado, tivemos ocasião de ouvir exposição do Presidente do Banco Nacional da Habitação. Críticas foram levantadas, e S. Exa. reconheceu que tem havido grande atraso no pagamento das prestações, alguns justos, pois não se tratava de indivíduos relapsos, nem que estivessem

desviando suas economias para outras finalidades, aproveitando-se da situação. Tanto que o BNH, em parte, tem sido tolerante com esses compradores de poucos recursos. S. Exa. reconheceu que havia casos justos, tanto que o próprio Banco estava sendo tolerante. E por que o Banco está sendo tolerante? Por que está havendo esses atrasos? É porque a política não está ainda bem ajustada aos salários do pequeno trabalhador, daquele que ganha pouco.

O Sr. Cattete Pinheiro — Relembre-me dizer a V. Exa. que, nesses casos, em geral, há uma só razão. É que as casas foram vendidas a pessoas que não tinham condições para adquiri-las. Foram vendidas a pessoas cujos salários, realmente baixos, não ofereciam condições para amortização da prestação da residência que eles pretendiam adquirir. Há, portanto, inicialmente uma distorção do plano. É claro, Senador Adalberto SENA, que o Plano Nacional de Habitação não atende, nem poderá atender ao problema habitacional daqueles que, ou não têm recursos senão muitas vezes para a própria subsistência, para a própria alimentação, ou não têm condições ainda de pensarem em adquirir casa própria nas condições em que o Banco Nacional da Habitação apresenta.

O SR. ADALBERTO SENA — Sim, nessas condições eu acredito.

O Sr. Cattete Pinheiro — Portanto há o lado paternalista, o lado social do problema que não pode ser enfrentado nem solucionado pelo Plano Nacional de Habitação. Ai eu estaria de acordo com V. Exa. Este é o outro aspecto do problema que reclama outras soluções que não aquelas, para as quais está voltado o Plano Nacional de Habitação.

O SR. ADALBERTO SENA — Mas, acredito que o Plano Nacional de Habitação poderia criar condições para atender a todos ou, pelo menos, a quase todos. Eu vou aqui me referir a um fato que me veio à memória neste momento.

Quando se criou, creio que pela primeira vez, essa política habitacional

de que resultou a criação do Banco, teve como Diretora a Sra. Sandra Cavalcanti, se não me engano. Nessa ocasião, ela contou o seguinte fato: certa tarde entrou num elevador, no Rio de Janeiro, o ascensorista, que era um rapazinho novo, mas já trabalhava para o Governo, virou-se para ela e disse: "Dona Sandra, tudo isso é muito bonito, mas não é para mim!" Ela, então, respondendo, disse-lhe: "Não, fulano, não é assim, não. Você deve esperar. Temos planos também que vão atender a você!"

Quer dizer que aquela idealizadora da política habitacional admitia, pelo menos aquela altura, que houvesse gradações na maneira de servir ao povo em geral, a toda a população, ricos e pobres, dentro daquela mesma política, que era a política habitacional instaurada pela Revolução, entregue no momento à direção daquela senhora, ilustre professora do ensino carioca.

Mas, continuando:

(Lê)

Temos ciência, através da imprensa e das publicações especializadas, dos esplêndidos resultados alcançados, nestes últimos anos, pelas organizações bancárias. O sistema bancário tem apresentado lucros que alcançam a 50%, o que é simplesmente espantoso e revela, em país pobre como o nosso, algo extremamente grave, distorção que necessita de correção imediata. No entanto, foram liberados os juros cobrados da pessoa física, o que mais uma vez vem recair, de maneira brutal sobre a população brasileira. Os juros elevados, atualmente superiores a 3%, cobrados pelos bancos particulares e também pelas financeiras — agora entrando no mercado de consumo — constituem poderoso fator de empobrecimento precisamente dos mais desamparados, minguando ainda mais a já insignificante renda da família brasileira. Obtendo os bancos lucros tão elevados, justo se tornaria que medidas efetivas fossem adotadas por parte do Governo em benefício daqueles que, por necessidade extrema, se tornam devedores dos bancos ou das financeiras, direta ou indiretamente.

Da mesma forma, os impostos continuam a subir a cada ano, aumentando sempre as tarifas de serviços essenciais como telefones, luz e água. Sempre empobrecendo mais aqueles que de pobres vão sendo transformados em miseráveis, criando-se uma situação social extremamente grave e que, não sendo sanada, explodirá algum dia, mais cedo ou mais tarde.

Parece, Sr. Presidente, que da mesma forma que um conjunto de medidas e providências adotadas pelo Governo têm possibilitado o crescimento financeiro de empresários e banqueiros, tudo vem contribuindo para aniquilamento do assalariado. São alarmantes todos os estudos realizados no País sobre a queda de rendimento familiar do povo brasileiro, a despeito de cada vez maior número de menores se empregarem a fim de ajudar nas despesas. Os êxitos alcançados pelo Governo e dos quais nos falou com tanto entusiasmo e realismo o Ministro Delfim Netto, parece-me, devem conduzir o Governo a adotar medidas que beneficiem o povo, até mesmo para impedir que o mercado consumidor deixe de atender às necessidades de nossa indústria.

Este o reparo que desejava fazer à brilhante fala, nesta Casa, do Ministro Delfim Netto. E é bom que se recorde aqui debate por ele travado, ainda no Governo Costa e Silva, com portavozes do sistema bancário nacional, quando, acusado de buscar "um bode espiatório nos bancos", declarou que conhecia muito bem e sabia onde estava o "bode" — numa clara e incisiva alusão aos lucros excessivos dos estabelecimentos de crédito.

De uma coisa não tenho dúvidas, Sr. Presidente: urge ao menos abrandar as condições de vida dos trabalhadores e servidores civis da União, a fim de que não se tornem irremediavelmente miseráveis. Isso se impõe por uma questão de justiça; isso é imprescindível por uma questão de segurança social; isto é necessário para que não ocorra um estrangulamento no mercado consumidor, de cujo vigor depende o próprio crescimento industrial.

— A economia vai bem, mas o povo vai mal — disse o ilustre Presidente Médici, em pronunciamento oficial à Nação. Que de sua afirmativa sejam retiradas conseqüências em benefício do povo, é o que esperamos venha a se dar sem mais demora. E isto, estou seguro, se dará, insustentável que se torna a penúria em que vive a grande maioria da Nação. E encerrando estas nossas palavras, voltamos a lamentar não tenha o Prof. Delfim Netto aludido a aspectos como os aqui abordados de nossa política econômico-financeira, deixando de proferir uma só palavra alusiva ao custo de vida e perda de salário real por parte da imensa maioria dos brasileiros.

Final, Sr. Presidente, de que valeria erguer uma economia pujante tornando o miserável, imepiedosamente miserável, mais de noventa por cento de nossa população? além de desumano, seria isso um suicídio certo, a prazo médio. Portanto, Sr. Presidente, formulamos aqui votos para que o povo possa ir melhor do que atualmente, como a economia vai indo bem, conforme tão bem nos mostrou o professor Delfim Netto! (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Corrêa) — Não há mais oradores inscritos.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer n.º 509, de 1970), do Projeto de Decreto Legislativo n.º 47, de 1970 (n.º 147-A/70, na Casa de origem), que aprova o texto do Decreto-lei n.º 1.108, de 24 de junho de 1970.

Em discussão a redação final.

Se nenhum dos Srs. Senadores de-sejar fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Não havendo emendas, nem requerimento para que a redação final seja submetida a votos, é a mesma dada como definitivamente aprovada,

independente de votação, nos termos do art. 316-A do Regimento Interno.

O projeto vai à promulgação.

É a seguinte a redação final aprovada:

PARECER N.º 509, DE 1970

Da Comissão de Redação

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 47, de 1970 (n.º 147-A/70, na Casa de origem).

Relator. Sr. Filinto Müller

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 47, de 1970 (n.º 147-A/70, na Casa de origem), que aprova o texto do Decreto-lei n.º 1.108, de 24 de junho de 1970.

Sala das Sessões, em 5 de agosto de 1970. — **Benedicto Valladares**, Presidente — **Filinto Müller**, Relator — **Antônio Carlos** — **Cattete Pinheiro**.

ANEXO AO PARECER N.º 509, DE 1970

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 47, de 1970 (n.º 147-A/70, na Casa de origem).

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 55, § 1.º, da Constituição, e eu, Presidente do Senado Federal promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO N.º , DE 1970

Aprova o texto do Decreto-lei n.º 1.108, de 24 de junho de 1970.

O Congresso Nacional decreta:

Artigo único — É aprovado o texto do Decreto-lei n.º 1.108, de 24 de junho de 1970, que dispõe sobre a distribuição dos fiscais de Tributos do Açúcar e Alcool, e dá outras providências.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Corrêa)

Item 2

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação Final, em seu Parecer n.º 510, de 1970), do Projeto de Decreto Legislativo n.º 48, de 1970 (n.º 148-A/70, na Casa de origem), que aprova o texto do

Decreto-lei n.º 1.107, de 18 de junho de 1970.

Em discussão a redação final.

Se nenhum dos Srs. Senadores de-sejar fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Não havendo emenda, nem requerimento, no sentido de que seja submetida a votos, é a redação final considerada definitivamente aprovada, independentemente de votação, nos termos do art. 316-A do Regimento Interno.

O projeto vai à promulgação.

É a seguinte a redação final aprovada:

PARECER N.º 510, DE 1970

Da Comissão de Redação

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 48, de 1970 (n.º 148-A/70, na Casa de origem).

Relator: Sr. Filinto Müller

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 48, de 1970 (n.º 148-A/70, na Casa de origem), que aprova o texto do Decreto-lei n.º 1.107, de 18 de junho de 1970.

Sala das Sessões, em 5 de agosto de 1970. — **Benedicto Valladares**, Presidente — **Filinto Müller**, Relator — **Antônio Carlos** — **Cattete Pinheiro**.

ANEXO AO PARECER N.º 510, DE 1970

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 48, de 1970 (n.º 148-A/70, na Casa de origem).

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do artigo 55, § 1.º, da Constituição, e eu, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO N.º , DE 1970

Aprova o texto do Decreto-lei n.º 1.107, de 18 de junho de 1970.

O Congresso Nacional decreta:

Artigo único — É aprovado o texto do Decreto-lei n.º 1.107, de 18 de junho de 1970, que regula a destinação do Fundo de Assistência ao Desempregado em casos excepcionais.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Corrêa) — Está esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Não há orador inscrito. (Pausa.)

Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a sessão, designando, para a da próxima segunda-feira, a seguinte

ORDEM DO DIA

Redação Final

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N.º 4, DE 1970

Discussão, em turno único, da redação final oferecida pela Comissão

de Redação em seu Parecer n.º 303, de 1970, da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 4, de 1970 (n.º 450-B/67, na Casa de origem), que modifica o § 2.º do artigo 10 da Lei n.º 4.947, de 6 de abril de 1966, o § 2.º do Decreto-Lei n.º 57, de 18 de novembro de 1966, e dá outras providências.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 15 horas e 40 minutos.)

GRUPO BRASILEIRO DA UNIAO INTERPARLAMENTAR

Convocação

De ordem do Senhor Presidente, convoco a Comissão Executiva do Grupo Brasileiro da União Interparlamentar para uma reunião a realizar-se quarta-feira, dia 12 do mês em curso, às 14h30, na sala da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, que terá por pauta a designação dos representantes brasileiros junto ao Conselho Interparlamentar e outras questões de interesse do Grupo. A. Lazary Guedes, Secretário-Geral.

EDITAL

TOMADA DE PREÇOS N.º 1/70

A Diretoria do Patrimônio faz público, para conhecimento dos interessados, que abrirá, às 16 (dezesseis) horas do dia 18 de agosto de 1970, na Seção de Aquisição de Material, 8.º andar do Edifício Anexo do Senado Federal, em Brasília — DF., propostas de preços dos materiais conforme especificações e condições abaixo mencionadas:

36 microfones marca RCA modelo BK1-A, ou similar.

CONDIÇÕES GERAIS

1.ª — As propostas deverão ser entregues até às 15 (quinze) horas do dia 18 de agosto de 1970, na Diretoria do Patrimônio, 8.º andar do Edifício Anexo do Senado Federal, em Brasília — DF., datilografadas em papel timbrado da firma, em duas vias, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, contidas em invólucros fechados, constando, obrigatoriamente, os seguintes elementos:

- a) nome e endereço do proponente;
- b) menção à Tomada de Preços (n.º) e ao dia da abertura;
- c) especificação clara e detalhada do material oferecido;
- d) preço total em algarismo e por extenso, com a parcela referente ao imposto, separada;
- e) validade da proposta (mínimo de 45 dias);

f) prazo de entrega do material;

g) declaração expressa de aceitação plena e total das condições deste Edital.

2.ª — Exige-se de cada licitante a apresentação, em sobrecarta, também fechada, do Certificado de Fornecedor do Governo Federal ou Estadual (fotocópia), devidamente atualizado, constando na referida sobrecarta o nome e endereço do proponente, bem como menção à Tomada de Preços (n.º) e ao dia da abertura.

3.ª — Caso a adjudicatária se recuse a fornecer o material proposto, ou o faça fora das especificações, reserva-se ao Senado Federal o direito de optar pela adjudicação à seguinte colocada, sujeitando-se a firma faltosa às penalidades legais cabíveis, bem como ao ônus da despesa resultante da diferença de preços verificada. A segunda adjudicatária, nesse caso, estará sujeita às mesmas exigências feitas à primeira.

4.ª — Não serão consideradas as propostas feitas em desacordo às especificações, exigências e condições do presente Edital.

5.ª — Fica estabelecido o percentual de 0,3% (três décimos por cento), a título de multa sobre o total da adjudicação, por dia de atraso na entrega do material, até 30 (trinta) dias após o vencimento do prazo, devidamente comprovado. Findo esse prazo, serão aplicadas as penalidades previstas no item 3 das condições gerais deste Edital.

ATA DAS COMISSÕES

COMISSÃO DE ECONOMIA

12.^a REUNIAO (EXTRAORDINÁRIA), REALIZADA EM 6 DE AGOSTO DE 1970

As dezesseis horas do dia seis de agosto de mil novecentos e setenta, na Sala das Comissões, sob a Presidência do Sr. Senador Carlos Lindenberg, Presidente em exercício, estando presentes os Srs. Senadores Flávio Brito, Antônio Carlos, Milton Trindade, Bezerra Neto, Nogueira da Gama e Cattete Pinheiro, reúne-se a Comissão de Economia do Senado Federal.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Srs. Senadores Teotônio Vilela, Ney Braga, Attilio Fontana, Duarte Filho, Júlio Leite, Mem de Sá, José Ermirio e Pessoa de Queiroz.

É dispensada a leitura da Ata da reunião anterior que em seguida é aprovada.

Das proposições constantes da pauta, são relatadas as seguintes:

Pelo Senador Flávio Brito:

Pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo n.º 49, de 1970, que "aprova o Decreto-lei n.º 1.109, de 26 de junho de 1970, que reformula o Decreto-lei n.º 157, de 10 de fevereiro de 1967, e altera a legislação sobre o Imposto de Renda".

Submetido o parecer a discussão e votação, é o mesmo aprovado.

Pelo Senador Antônio Carlos:

Pelo arquivamento do Memorial n.º 1, de 1968, dos Sindicatos de Trabalhadores da Baixada Santista, solicitando ao Senado Federal, medidas que estabeleçam a descompressão do chamado "Arrocho Salarial".

Em discussão e votação, é o parecer aprovado.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Cláudio Carlos Rodrigues Costa, Secretário da Comissão, a presente Ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

Constituição da República Federativa do Brasil

QUADRO COMPARATIVO

Volume com 328 páginas — Preço: Cr\$ 8,00

Contém, comparadas em
todos os artigos:

- Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969.
- Constituição do Brasil de 24 de janeiro de 1967 (e as alterações introduzidas pelos Atos Institucionais de números 5 a 17 e Ato Complementar nº 40/69, ratificado pelo art. 3º do Ato Institucional nº 6/69).
- Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 18 de setembro de 1946 (com as Emendas Constitucionais e Atos Institucionais que a alteraram).

Em notas, além de outras observações, são destacadas as alterações aprovadas pelo Congresso Nacional, através de emendas, ao Projeto de Constituição remetido ao Congresso pelo Presidente Humberto de Alencar Castello Branco, em dezembro de 1966.

Trabalho organizado e revisto pela **Diretoria de Informação Legislativa** e impresso pelo

SERVIÇO GRAFICO DO SENADO FEDERAL

Todos os pedidos desta publicação devem ser encaminhados à

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

Praça de Botafogo nº 190 — Rio de Janeiro — GB ou SQS 104 — Bloco A — Loja 11 — Brasília.

M E S A

LIDERANÇA DO GOVERNO

Presidente:

João Cleofas (ARENA — PE)

1º-Vice-Presidente:

Wilson Gonçalves (ARENA — CE)

2º-Vice-Presidente:

Lino de Mattos (MDB — SP)

1º-Secretário

Fernando Corrêa (ARENA — MT)

2º-Secretário:

Edmundo Levi (MDB — AM)

3º-Secretário:

Paulo Tôrres (ARENA — RJ)

4º-Secretário:

Manoel Villaza (ARENA — RN)

1º-Suplente:

Sebastião Archer (MDB — MA)

2º-Suplente:

Sigefredo Pacheco (ARENA — PI)

3º-Suplente:

Domício Gondim (ARENA — PB)

4º-Suplente:

José Feliciano (ARENA — GO)

Líder:

Fillinto Müller (ARENA — MT)

Vice-Líderes:

Petrônio Portella (ARENA — PI)

Eurico Rezende (ARENA — ES)

Antônio Carlos (ARENA — SC)

Guido Mondin (ARENA — RS)

Dinarte Mariz (ARENA — RN)

DO MDB

Líder:

Aurélio Vianna (GB)

Vice-Líderes:

Adalberto Sena (AC)

Bezerra Neto (MT)

**COMISSÃO DE AJUSTES INTERNACIONAIS
E DE LEGISLAÇÃO SOBRE ENERGIA ATÔMICA**

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Nogueira da Gama

Vice-Presidente: Teotônio Vilela

ARENA

TITULARES

Arnon de Mello

José Leite

Benedicto Valladares

Vasconcelos Torres

Teotônio Vilela

SUPLENTES

Mello Braga

José Guimard

Adolpho Franco

Lobão da Silveira

Victorino Freire

MDB

Nogueira da Gama

Josaphat Marinho

José Ermirio

Aurélio Vianna

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — R. 360.

Reuniões: quartas-feiras, às 16 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE AGRICULTURA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Flávio Brito

Vice-Presidente: Atílio Fontana

ARENA

TITULARES

Flávio Brito

Ney Braga

Atílio Fontana

Teotônio Vilela

Milton Trindade

SUPLENTES

Benedicto Valladares

José Guimard

Julio Leite

Menezes Pimentel

Clodomir Millet

MDB

José Ermirio

Argemiro de Figueiredo

Aurélio Vianna

Nogueira da Gama

Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 303.

Reuniões: terças-feiras, à tarde.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

**COMISSÃO DE ASSUNTOS DA ASSOCIAÇÃO
LATINO-AMERICANA DE LIVRE COMÉRCIO
— ALALC**

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Arnon de Mello

Vice-Presidente: Aurélio Vianna

ARENA

TITULARES

Arnon de Mello

Antônio Carlos

Mello Braga

Vasconcelos Torres

Mem de Sá

SUPLENTES

José Leite

Eurico Rezende

Benedicto Valladares

Carvalho Pinto

Fillinto Müller

MDB

Pessoa de Queiroz

Aurélio Vianna

Adalberto Sena

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo — Ramal 314.

Reuniões: quintas-feiras, às 10 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

(13 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Petrônio Portella

Vice-Presidente: Antônio Carlos

ARENA

TITULARES

Milton Campos

Antônio Carlos

Carvalho Pinto

Eurico Rezende

Guido Mondin

Petrônio Portella

Carlos Lindenberg

Arnon de Mello

Clodomir Millet

Moura Andrade

SUPLENTES

Mem de Sá

Flávio Brito

Benedicto Valladares

Milton Trindade

Julio Leite

Vasconcelos Torres

Adolpho Franco

Fillinto Müller

Dinarte Mariz

MDB

Antônio Balbino

Bezerra Neto

Josaphat Marinho

Argemiro de Figueiredo

Nogueira da Gama

Aurélio Vianna

Secretária: Maria Helena B. Brandão — Ramal 305

Reuniões: quintas-feiras, às 10 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Constituição e Justiça.

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL (11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Dinarte Mariz
Vice-Presidente: Adalberto Sena

ARENA

TITULARES	SUPLENTE
Dinarte Mariz	Benedicto Valladares
Eurico Rezende	Mello Braga
Petrônio Portella	Teotônio Vilela
Atílio Fontana	José Leite
Júlio Leite	Mem de Sá
Clodomir Millet	Filinto Müller
Guido Mondin	Milton Trindade
Antônio Fernandes	Waldemar Alcântara

MDB

Aurélio Vianna	Bezerra Neto
Adalberto Sena	Argemiro de Figueiredo
Oscar Passos	

Secretário: Afrânio Cavalcanti Melo Júnior — R. 307.
Reuniões: quintas-feiras, às 10 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DE ECONOMIA (11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Mem de Sá
Vice-Presidente: José Ermírio

ARENA

TITULARES	SUPLENTE
Mem de Sá	José Leite
Carlos Lindenberg	Filinto Müller
Júlio Leite	Petrônio Portella
Teotônio Vilela	Eurico Rezende
Ney Braga	Arnon de Mello
Cattete Pinheiro	Antônio Carlos
Atílio Fontana	Flávio Brito
Duarte Filho	Milton Trindade

MDB

Bezerra Neto	Nogueira da Gama
José Ermírio	Josaphat Marinho
Pessoa de Queiroz	

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — R. 306.
Reuniões: terças-feiras, às 17 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA (7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Eurico Rezende
Vice-Presidente: Guido Mondin

ARENA

TITULARES	SUPLENTE
Eurico Rezende	Benedicto Valladares
Ney Braga	Waldemar Alcântara
Guido Mondin	Antônio Carlos
Cattete Pinheiro	Teotônio Vilela
Duarte Filho	Raul Giuberti

MDB

Adalberto Sena	Ruy Carneiro
Antônio Balbino	

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — R. 306.
Reuniões: quartas-feiras, às 9 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DOS ESTADOS PARA ALIENAÇÃO E CONCESSÃO DE TERRAS PÚBLICAS E POVOAMENTO (11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Moura Andrade
Vice-Presidente: José Cândido

ARENA

TITULARES	SUPLENTE
Moura Andrade	José Guimard
Antônio Carlos	Victorino Freire
Waldemar Alcântara	Filinto Müller
Milton Trindade	Lobão da Silveira
Flávio Brito	Raul Giuberti
José Cândido	Petrônio Portella
Eurico Rezende	Daniel Krieger
Guido Mondin	

MDB

Ruy Carneiro	Adalberto Sena
Antônio Balbino	José Ermírio
Argemiro de Figueiredo	

Secretária: Maria Helena B. Brandão — Ramal 305.

Reuniões: quintas-feiras, às 16 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Constituição e Justiça.

COMISSÃO DE FINANÇAS (17 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Argemiro de Figueiredo
Vice-Presidente: Carvalho Pinto

ARENA

TITULARES	SUPLENTE
Carvalho Pinto	Carlos Lindenberg
Cattete Pinheiro	Teotônio Vilela
Mem de Sá	José Guimard
José Leite	Daniel Krieger
Moura Andrade	Petrônio Portella
Clodomir Millet	Milton Trindade
Adolpho Franco	Antônio Carlos
Raul Giuberti	Benedicto Valladares
Júlio Leite	Mello Braga
Waldemar Alcântara	Flávio Brito
Vasconcelos Torres	Filinto Müller
Atílio Fontana	Duarte Filho
Dinarte Mariz	Eurico Rezende

MDB

Argemiro de Figueiredo	Oscar Passos
Bezerra Neto	Josaphat Marinho
Pessoa de Queiroz	Aurélio Vianna
José Ermírio	Nogueira da Gama

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo — Ramal 314.

Reuniões: quartas-feiras, às 10 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças — Ramais 172 e 173.

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO (7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Ermírio
Vice-Presidente: Júlio Leite

ARENA

TITULARES	SUPLENTE
Flávio Brito	José Cândido
Adolpho Franco	Mello Braga
Júlio Leite	Arnon de Mello
Mem de Sá	Clodomir Millet
Teotônio Vilela	Milton Trindade

MDB

Antônio Balbino	Ruy Carneiro
José Ermírio	Bezerra Neto

Secretária: Maria Helena Bueno Brandão — R. 305.

Reuniões: quartas-feiras, às 16 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Constituição e Justiça.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL
(7 Membros)

COMPOSIÇÃO
Presidente: Adolpho Franco
Vice-Presidente: Mello Braga

ARENA

SUPLENTE
Celso Ramos
Milton Trindade
José Leite
Raul Giuberti
Duarte Filho

MDB

Argemiro de Figueiredo

TITULARES

Adolpho Franco
Victorino Freire
Atílio Fontana
Mello Braga
Júlio Leite

Aurélio Vianna
Josaphat Marinho

Secretário: Mascus Vinicius Goulart Gonzaga — R. 310.
Reuniões: quartas-feiras, à tarde.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA
(7 Membros)

COMPOSIÇÃO
Presidente: Josaphat Marinho
Vice-Presidente: José Leite

ARENA

SUPLENTE
Mello Braga
José Guimard
Teotônio Vilela
Guido Mondin
Victorino Freire

MDB

Oscar Passos

TITULARES

Antônio Carlos
José Leite
Celso Ramos
Carlos Lindenberg
Benedicto Valladares

Josaphat Marinho
José Ermírio

Secretário: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — R. 310.
Reuniões: terças-feiras, às 16 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Constituição e Justiça.

COMISSÃO DO POLÍGONO DAS SECAS
(7 Membros)

COMPOSIÇÃO
Presidente: Ruy Carneiro
Vice-Presidente: Duarte Filho

ARENA

SUPLENTE
Teotônio Vilela
José Leite
Waldemar Alcântara
Dinarte Mariz
Carlos Lindenberg

MDB

Aurélio Vianna
Adalberto Sena

TITULARES

Clodomir Millet
Antônio Fernandes
Arnon de Mello
Duarte Filho
Menezes Pimentel

Ruy Carneiro

Argemiro de Figueiredo

Secretário: Walter Manoel Germano de Oliveira — Ramal 313.

Reuniões: quintas-feiras, às 15 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças

COMISSÃO DE PROJETOS DO EXECUTIVO
(11 Membros)

COMPOSIÇÃO
Presidente: Daniel Krieger
Vice-Presidente: Waldemar Alcântara

ARENA

SUPLENTE
Adolpho Franco
Petrônio Portella
José Leite
Ney Braga
Milton Campos
Filinto Müller
Guido Mondin
José Guimard

TITULARES

Daniel Krieger
Raul Giuberti
Antônio Carlos
Carlos Lindenberg
Mem de Sá
Eurico Rezende
Waldemar Alcântara
Carvalho Pinto

MDB

Antônio Balbino

José Ermírio
Aurélio Vianna
Ruy Carneiro

Secretário: Afrânio Cavalcanti Melo Júnior — R. 307.
Reuniões: terças-feiras, às 16 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças

COMISSÃO DE REDAÇÃO
(5 Membros)

COMPOSIÇÃO
Presidente: Benedicto Valladares
Vice-Presidente: Antônio Carlos

ARENA

SUPLENTE
Filinto Müller
José Leite
Clodomir Millet

TITULARES

Benedicto Valladares
Cattete Pinheiro
Antônio Carlos
Mem de Sá

MDB

Aurélio Vianna

Nogueira da Gama

Secretária: Beatriz Brandão Guerra — Ramal 311.

Reuniões: quartas-feiras, às 14 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES
(15 Membros)

COMPOSIÇÃO
Presidente: Gilberto Marinho
Vice-Presidente: Pessoa de Queiroz

ARENA

SUPLENTE
José Guimard
Carlos Lindenberg
Adolpho Franco
Petrônio Portella
José Leite
Teotônio Vilela
Clodomir Millet

TITULARES

Filinto Müller
Waldemar Alcântara
Antônio Carlos
Mem de Sá
Ney Braga
Milton Campos
Moura Andrade
Gilberto Marinho
Arnon de Mello
José Cândido
Mello Braga

MDB

Josaphat Marinho
Antônio Balbino

Pessoa de Queiroz
Aurélio Vianna
Oscar Passos
Bezerra Neto

Secretário: J. B. Castejon Branco — Ramal 457.

Reuniões: quintas-feiras, às 14 horas e 30 minutos.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DE SAÚDE
(7 Membros)

COMPOSIÇÃO
Presidente: Cattete Pinheiro
Vice-Presidente: Raul Giuberti

ARENA

SUPLENTE
Júlio Leite
Menezes Pimentel
José Leite
Flávio Brito
Vasconcelos Torres

TITULARES

Cattete Pinheiro
Duarte Filho
Waldemar Alcântara
José Cândido
Raul Giuberti

MDB

Nogueira da Gama
Ruy Carneiro

Adalberto Sena
Bezerra Neto

Secretário: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — R. 310.
Reuniões: quintas-feiras, às 10 horas.

Local: Sala de Reuniões do Gabinete do Senhor Diretor-Geral.

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Victorino Freire
Vice-Presidente: Oscar Passos

ARENA**TITULARES**

Victorino Freire
José Guimard
Gilberto Marinho
Ney Braga
José Cândido

SUPLENTE

Filinto Müller
Atílio Fontana
Dinarte Mariz
Mello Braga
Celso Ramos

MDB

Oscar Passos
Aurélio Vianna

Secretário: Mário Nelson Duarte — Ramal 312.
Reuniões: quintas-feiras, às 9 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Carlos Lindenberg
Vice-Presidente: José Guimard

ARENA**TITULARES**

Victorino Freire
Carlos Lindenberg
Arnon de Mello
Raul Giuberti
José Guimard

SUPLENTE

Celso Ramos
Petrônio Portella
Eurico Rezende
Menezes Pimentel

MDB

Ruy Carneiro
Adalberto Sena

Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 303.
Reuniões: quartas-feiras, à tarde.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

**COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES
E OBRAS PÚBLICAS**

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Celso Ramos
Vice-Presidente: Vasconcelos Torres

ARENA**TITULARES**

José Leite
Celso Ramos
Arnon de Mello
Vasconcelos Torres
José Guimard

SUPLENTE

Guido Mondin
Atílio Fontana
Eurico Rezende
Lobão da Silveira
Carlos Lindenberg

MDB

Pessoa de Queiroz
Bezerra Neto

Secretário: Mário Nelson Duarte — Ramal 312.
Reuniões: quartas-feiras, às 9 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE VALORIZAÇÃO DA AMAZÔNIA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Clodomir Millet
Vice-Presidente: Milton Trindade

ARENA**TITULARES**

Clodomir Millet
Milton Trindade
José Guimard
Flávio Brito
Lobão da Silveira

SUPLENTE

José Cândido
Filinto Müller
Duarte Filho
Dinarte Mariz
Cattete Pinheiro

MDB

Oscar Passos
Adalberto Sena

Secretário: Walter Manoel Germano de Oliveira —
Ramal 313.
Reuniões: quartas-feiras, às 15 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Ex-
teriores.

ASSINATURAS DO**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL**

(SEÇÃO II)

OS PEDIDOS DEVEM SER ACOMPANHADOS DE CHEQUE VISADO, ORDEM DE
PAGAMENTO OU VALE POSTAL, PAGAVEIS EM BRASÍLIA, A FAVOR DO

SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Podéres

Caixa Postal 1.503

Brasília — DF.

PREÇOS DAS ASSINATURAS:**Via Superfície:**

Semestre .. Cr\$ 20,00
Ano Cr\$ 40,00

Via Aérea:

Semestre .. Cr\$ 40,00
Ano Cr\$ 80,00

Nôvo Código Penal

A "Revista de Informação Legislativa", do Senado Federal divulga, em seu número 24, uma seção destinada ao nôvo Código Penal, com 420 páginas, contendo:

1.^a parte — Anteprojeto do Ministro Nelson Hungria

- Exposição de Motivos do Ministro Francisco Campos (Código Penal de 1940).
- Exposição de Motivos do Ministro Gama e Silva (Código Penal de 1969).

**2.^a Parte — Quadro comparativo — Decreto-lei n.º 1.004, de 21-10-69
— Decreto-lei n.º 2.848, de 7-12-40 e legislação correlata.**

A Revista, ao preço unitário de Cr\$ 10,00, pode ser solicitada ao Serviço Gráfico do Senado Federal — Praça dos Três Podêres — Caixa Postal n.º 1.503 — Brasília — Distrito Federal.

Nota: Os pedidos devem ser acompanhados de cheque visado, pagável na praça de Brasília, ordem de pagamento bancária ou vale postal, a favor do

SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Podêres

Caixa Postal 1.503

Brasília — DF.

**JURISPRUDÊNCIA
DO
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**

**"REFERÊNCIAS DA
SÚMULA DO STF"**

Trabalho completo da Súmula do STF, contendo todos os Acórdãos, Leis federais, estaduais, municipais, Decretos, Decretos-leis, Portarias, Resoluções e o Regimento Interno do STF, que serviram de base à Súmula.

CONTENDO AS 551 SÚMULAS OFICIAIS

NO 10.º VOLUME O ÍNDICE COMPLETO POR MATÉRIA. — O 20.º VOLUME CONTEM OS ENUNCIADOS DAS NOVAS SÚMULAS N.ºs 473 A 551. — O 21.º VOLUME CONTEM O REGIMENTO INTERNO DO STF (ATUALIZADO)

PREÇO: CR\$ 20,00 POR VOLUME, EM BROCHURA — OBRA TOTAL: 30 VOLUMES, INCLUINDO-SE AS 79 NOVAS SÚMULAS. JÁ PUBLICADOS, ATÉ O MOMENTO: 24 VOLUMES.

(Trabalho de Jardel Noronha e Odaléa Martins)

Obra impressa pelo Serviço Gráfico do Senado Federal — Brasília — DF

NOTA: A distribuição desta obra foi entregue, pelo Serviço Gráfico do Senado Federal, à

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS.

A quem devem ser endereçados os pedidos:

**No Rio de Janeiro: Praia do Botafogo, 190 — ZC-02 e Av. Graça Aranha, 26.
(Atende pelo Serviço de Reembolso Postal.)**

Em Brasília: SQS. 104 — Bloco "A" — Loja 11.

Em São Paulo: Av. Nove de Julho, 2029 — C.P. 5534

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

Editada pelo Senado Federal
DIRETORIA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

LEILA CASTRO e FRANCISCO RANGEL

NÚMEROS PUBLICADOS:

— março n.º 1 (1964)	5,00
— junho n.º 2 (1964)	5,00
— setembro n.º 3 (1964)	esgotada
— dezembro n.º 4 (1964)	5,00
— março n.º 5 (1965)	5,00
— junho n.º 6 (1965)	5,00
— setembro n.º 7 (1965)	5,00
— dezembro n.º 8 (1965)	esgotada
— março n.º 9 (1966)	"
— junho n.º 10 (1966)	"

ÍNDICE DO SUMÁRIO DA REVISTA DE INF. LEGISLATIVA DE 1 A 10, enviaremos gratuitamente a quem nos solicitar.

— setembro n.º 11 (1966)	esgotada
— outubro/novembro/dezembro número 12 (1969)	"
— janeiro a junho n.ºs 13 e 14 (1967)	"
— junho a dezembro n.ºs 15 e 16 (1967) ..	5,00
— janeiro a março n.º 17 (1968)	5,00
— abril a junho n.º 18 (1968)	5,00
— julho a setembro n.º 19 (1968)	5,00
— outubro a dezembro n.º 20 (1968)	5,00

ÍNDICE DO SUMÁRIO DA REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA DE 1 A 20, enviaremos gratuitamente a quem nos solicitar.

ANO VI — N.º 21 — Janeiro a Março de 1969 — Preço: 5,00
Sumário:

COLABORAÇÃO

O DIREITO FINANCEIRO NA CONSTITUIÇÃO DE 1967
Ministro Aliomar Baleeiro

COLABORAÇÃO

O DIREITO PENAL NA CONSTITUIÇÃO DE 1967
Prof. Luiz Vicente Cernicchiaro

COLABORAÇÃO

ABUSO DE PODER DAS COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

Roberto Rosas, Professor da Universidade de Brasília, da Universidade do Distrito Federal e da Faculdade de Direito do Distrito Federal.

1) A importância das comissões parlamentares de inquérito. 2) Textos sobre o assunto nas Constituições brasileiras e estrangeiras (Estados Unidos, Itália, França, Alemanha, Bélgica, Japão). 3) Delimitação da competência das comissões. 4) As Leis números 1.579, de 1952, e 4.595, de 1964. 5) Os poderes das comissões parlamentares de inquérito vistos pelo STF e pela Suprema Corte americana. 6) Abuso de poder de inquirir. 7) Conclusão.

COLABORAÇÃO

O TRIBUNAL DE CONTAS E AS DELIBERAÇÕES SOBRE O JULGAMENTO DA LEGALIDADE DAS CONCESSÕES

Sebastião B. Affonso, Diretor no Tribunal de Contas da União.

Concessões de aposentadoria, reformas e pensões: — Competência constitucional do Tribunal de Contas — Efeitos jurídicos do julgamento da legalidade — Natureza e revisão dessas decisões — Recurso ao Congresso Nacional.

COLABORAÇÃO

CONTROLE FINANCEIRO DAS AUTARQUIAS E EMPRESAS PÚBLICAS

Heitor Luz Filho, Advogado

DOCUMENTAÇÃO

SUPLENÇA

Norma Isabel Ribeiro Martins, Orientadora de Pesquisas Legislativas, Diretoria de Informação Legislativa.

I — Constituição de 1967. II — As Constituições anteriores. III — Renúncia: — alguns casos de renúncia de suplentes: a) Padre Constantino Vieira; b) Senador José Feliciano; c) Senador Alô Guimarães. IV — Afastamento do exercício do mandato — convocação de suplentes: a) Senador Nereu Ramos; b) Senador Afonso Arinos. V — Provocação de perda de mandato por suplente: — Deputado Ademar da Costa Carvalho. VI — Incompatibilidade: — Senador Antônio Jucá; — Dr. Mário Pinotti. VII — Inelegibilidade. VIII — Legislação.

PESQUISA

O PARLAMENTARISMO NA REPÚBLICA

Sara Ramos de Figueiredo, Orientadora de Pesquisas Legislativas, Diretoria de Informação Legislativa.

— Ato Adicional — Atribuições do Presidente da República — Gabinete Tancredo Neves — Indicação do Sr. San Thiago Dantas para Primeiro-Ministro — Indicação do Sr. Auro Moura Andrade para Primeiro-Ministro — Gabinete Brochado da Rocha — Gabinete Hermes Lima — Leis Complementares e Delegadas — Críticas ao parlamentarismo — Revogação do Ato Adicional — Plebiscito — Emenda Constitucional n.º 6, de 1963.

ANO VI — N.º 22 — Abril a Junho de 1969 — Preço: 5,00
Sumário:

COLABORAÇÃO

O DIREITO PROCESSUAL NA CONSTITUIÇÃO DE 1967

Prof. Francisco Manoel Xavier de Albuquerque

COLABORAÇÃO

TRATAMENTO JURÍDICO DAS REVOLUÇÕES

Dr. Clóvis Ramalho

Teoria sociológica das Revoluções. — O fato jurídico da força. — O fato e a norma. — A eficácia dos editos revolucionários e sua legitimação. — Direito revolucionário. — Direito de resistência e Estado de Direito. — Tratamento preventivo das Revoluções no Direito Interno. — No Direito Internacional. — Direitos Fundamentais e Revolução. — Convenção de Estocolmo, da Cruz Vermelha. — A Corte Europeia e o caso Lawless.

COLABORAÇÃO

O NEGÓCIO JURÍDICO INTITULADO "FICA" E SEUS PROBLEMAS

Domingos Sávio Brandão Lima, Desembargador do Tribunal de Justiça e Professor Titular da Faculdade Federal de Direito de Mato Grosso.

I — Introdução. II — Valor e Força dos Usos e Costumes no Direito. III — As Res Mancipi em Roma.

IV — Primórdios da Pecuária Mato-Grossense. V — Origens do Negócio Jurídico "FICA". VI — Conceito e Evolução do "FICA". VII — Espécies de "FICA". VIII — Compra e Venda a Entregar. IX — Nota Promissória Pecuária. X — Parceria Pecuária. XI — Interpretação do Contrato. XII — Simulação. XIII — Depósito. XIV — Ação Executiva e Reivindicatória. XV — Conclusões.

COLABORAÇÃO

DOS RECURSOS EM AÇÕES ACIDENTARIAS

Paulo Guimarães de Almeida, Procurador do INPS

PROCESSO LEGISLATIVO

VETOS — LEGISLAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL

Jesse de Azevedo Barquero, Orientador de Pesquisas Legislativas e *Santyno Mendes dos Santos*, Diretoria de Informação Legislativa.

1.º Capítulo

— Legislação (de 1889 a 1969)

2.º Capítulo

— Apreciação dos vetos

1 — Cisão de veto

2 — Cisão de veto parcial

3 — Cisão de veto total

4 — Convocação do Senado Federal no intervalo das sessões legislativas para deliberar sobre matérias de sua competência exclusiva, dentre elas "a apreciação dos vetos do Prefeito do Distrito Federal"

5 — Decurso de prazo

6 — Prazo para preclusão do veto

7 — Prazo para pronunciamento sobre veto

8 — Prazo do veto — interrupção (sessão legislativa convocada para fim especial — interpretação)

9 — Razões do veto

DOCUMENTAÇÃO

REGULAMENTO DAS PROFISSÕES: TÉCNICO DE ADMINISTRAÇÃO — ECONOMISTA

PESQUISA

CAPITAIS ESTRANGEIROS NO BRASIL

Ivo Sequeira Batista, Diretoria de Informação Legislativa

I — Histórico da Legislação; II — Conceituações

III — O Capital Estrangeiro na Constituição de 1967;

IV — Depoimentos na CPI sobre Transações entre Empresas Nacionais e Estrangeiras; V — Discursos;

VI — Conclusão.

ANO VI — N.º 23 — Julho a Setembro de 1969 — Preço: 5,00

Sumário:

COLABORAÇÃO

DA FUNÇÃO DA LEI NA VIDA DOS ENTES PARAESTATAIS

Rubem Nogueira, Deputado Federal, Professor Titular de Teoria Geral do Direito na Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica da Bahia.

COLABORAÇÃO

DO PROCESSO DAS AÇÕES SUMARIAS TRABALHISTAS

Domingos Sávio Brandão Lima, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso e Professor Titular da Faculdade Federal de Direito de Mato Grosso.

COLABORAÇÃO

ASPECTOS DO CONTRÔLE DA CONSTITUCIONALIDADE DAS LEIS

Roberto Rosas, Professor da Universidade de Brasília, da Universidade do Distrito Federal e da Faculdade de Direito do Distrito Federal.

1 — Constituições rígidas e flexíveis. 2 — Conceito de constitucionalidade. Presunção de constitucionalidade. 3 — Origens. Marshall e a inconstitucionalidade das leis. 4 — O Controle no Brasil. As Constituições: de 1824 à Emenda Constitucional n.º 1. A legislação pertinente. 5 — Inconstitucionalidade em tese. Sistemas de controle. 6 — O S.T.F. e o controle. A função do Procurador-Geral da República. A liminar. Desistência. 7 — A inconstitucionalidade no Tribunal de Justiça. Prejudicial de inconstitucionalidade. A decisão do juiz singular. 8 — Os efeitos da declaração. O papel do Senado. Apreciação pelo Tribunal de Contas. 9 — Constitucionalidade de tratado ou acordo.

COLABORAÇÃO

DISPONIBILIDADE GRÁFICO-EDITORIAL DA IMPRENSA ESPECIALIZADA

Prof. Roberto Atila Amaral Vieira, Chefe da Divisão Editorial do Serviço de Publicações da Fundação Getúlio Vargas e Professor de Economia Política na Faculdade de Ciências Jurídicas do Rio de Janeiro.

I. Introdução; II Ausência de Informação; III. Problemas Peculiares à Imprensa Especializada; IV. Tendências da Indústria Gráfica; V. Conclusões.

DOCUMENTAÇÃO

A PRESIDENCIA DO CONGRESSO NACIONAL

I — Emenda Constitucional n.º 1, de 1969. Constituição do Brasil de 1967. II — As Constituições anteriores. III — O Projeto de Constituição e as emendas apresentadas ao seu texto no Congresso Nacional. IV — Resolução do Congresso Nacional n.º 1, de 1967. V — Pareceres de Juristas: 1 — Alfredo Buzaid; 2 — Frederico Marques; 3 — José Loureiro Júnior; 4 — Lafayette Pondé; 5 — Miguel Reale; 6 — Paulino Jacques; 7 — Pontes de Miranda. VI — Comentário da Imprensa. VII — Mandado de Segurança impetrado pelo Senador Auro Moura Andrade contra Ato do Presidente da Câmara dos Deputados, para assegurar ao impetrante, Presidente do Senado Federal, a direção das Sessões conjuntas do Congresso Nacional. Decisão do Supremo Tribunal Federal (íntegra. — Audiência de Publicação de 27 de agosto de 1969).

DOCUMENTAÇÃO

INCOMPATIBILIDADES

Sara Ramos de Figueiredo, Orientadora de Pesquisas Legislativas — Diretoria de Informação Legislativa.

I — Conceito. II — As incompatibilidades nas Constituições brasileiras. III — Casos de incompatibilidades: 1 — Incompatibilidade do mandato de Senador como o exercício do cargo de Prefeito — Senador Lino de Mattos — Senador pelo Estado de São Paulo, eleito para o cargo de Prefeito da capital do mesmo Estado — 1955; 2 — Incompatibilidade do mandato de Senador com o exercício do cargo de Governador: a) Senador Moysés Lupion — Senador pelo Estado do Paraná, eleito para o cargo de Governador do

mesmo Estado — 1956; b) Senador Dinarte ~~Maria~~ — Senador pelo Estado do Rio Grande do Norte eleito para o cargo de Governador do mesmo Estado em 1956. IV — Compatibilidade do mandato de Senador com o cargo de Vice-Governador de Estado: Senador Arthur Bernardes Filho — Senador pelo Estado de Minas Gerais, eleito Vice-Governador do mesmo Estado — 1955. V — Compatibilidades e incompatibilidades do mandato com o exercício de missões diplomáticas: 1 — Indicação n.º 5, de 1951 (de caráter geral), do Senador Mozart Lago (consulta à Comissão de Constituição e Justiça; Parecer n.º 395, de 1952, da C.C.J.); 2 — Senador Assis Chateaubriand, nomeado Embaixador Especial e Plenipotenciário junto ao Governo da Grã-Bretanha; 3 — Vigência da Constituição de 1967; Senador Auro Moura Andrade, nomeado Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário junto ao Governo da Espanha. VI — Compatibilidades: 1 — Escola Superior de Guerra; 2 — Cargo consultivo e efetivo em instituição de caráter público.

DOCUMENTAÇÃO

A PROFISSÃO DE JORNALISTA

Fernando Giuberti Nogueira, Orientador de Pesquisas Legislativas — Diretoria de Informação Legislativa.

ANO VI — N.º 24 — Outubro a Dezembro de 1969

Preço: Número Especial — 10,00

COLABORAÇÃO

INCONSTITUCIONALIDADE DE DECRETOS-LEIS SOBRE INELEGIBILIDADES

Josephat Marinho, Senador — Professor da Faculdade de Direito da Universidade da Bahia.

1 — Decreto-Lei n.º 1.069. 2 — Decreto-Lei n.º 1.063. 3 — Emenda Constitucional n.º 1 e *vacatio legis*. 4 — Importância da complementação da Lei. 5 — A Constituição de 1967 e a Emenda n.º 1. 6 — Ato Institucional. 7 — Derrogação e ab-rogação. Ato nulo. 8 — Segurança nacional. 9 — O S.T.F. e o conceito de Segurança Nacional. 10 — O S.T.F. e o Decreto-Lei n.º 314. 11 — Eleições municipais em parte da Federação. 12 — Constituição, decreto-lei e lei delegada. 13 — Inelegibilidades e lei complementar. 14 — Partilha do poder de legislar: delimitação. 15 — Conclusão.

COLABORAÇÃO

ASPECTOS DO PODER JUDICIÁRIO AMERICANO E BRASILEIRO

Prof. Paulino Jacques

COLABORAÇÃO

"MANDATUM IN REM SUAM"

Domingos Sávio Brandão Lima, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso e Professor Titular da Faculdade Federal de Direito de Mato Grosso.

COLABORAÇÃO

ASPECTOS DOS TRIBUNAIS DE CONTAS

Roberto Rosas, Professor da Universidade de Brasília, da Universidade do Distrito Federal e da Faculdade de Direito do Distrito Federal.

O escopo da criação do Tribunal de Contas. O pensamento de Rui Barbosa. As tentativas anteriores de criação do Tribunal de Contas. As Constituições bra-

sileiras (1824 a 1967). Os problemas da consolidação do Tribunal como instituição. Relação com os outros Poderes. Função jurisdicional. As contas anuais do Executivo federal, estadual, municipal e do D.F. Controle externo e interno. As alterações feitas pelos Decretos-Leis n.ºs 200 e 900. A legalidade das aposentadorias e pensões.

CÓDIGOS

CÓDIGO PENAL

1.ª PARTE: I — Anteprojeto do Ministro Nelson Hungria. II — Exposição de Motivos do Ministro Francisco Campos (Código Penal de 1940). III — Exposição de Motivos do Ministro Gama e Silva (Código Penal de 1969).

2.ª PARTE: Quadro Comparativo: Decreto-Lei número 1.004, de 21 de outubro de 1969 — Decreto-Lei n.º 2.843, de 7 de dezembro de 1940 e legislação correlata.

As Srs. Criminalistas, Juristas e Militantes Forenses

O n.º 24 da "Revista de Informação Legislativa" traz amplo estudo sobre o "Código Penal", compreendendo um quadro comparativo, em que são cotejados, em todos os seus dispositivos, o Código Penal vigente e o que terá vigência a partir de 1.º de agosto. Em notas, são assinaladas as alterações sofridas pelo Código Penal de 1940 e a legislação correlata.

DISTRIBUIÇÃO

As obras publicadas pela DIRETORIA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA são distribuídas pelo SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL a:

- órgãos estatais
- Assembléias Legislativas
- Câmaras de Vereadores
- Prefeituras
- bibliotecas públicas
- universidades
- faculdades de Direito
- Embaixadas
- Confederações e Federações de Indústria, Comércio e Agricultura
- autoridades (Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário)

Particulares

Os pedidos devem ser endereçados, acompanhados de cheque visado, pagável na praça de Brasília, ordem de pagamento bancária ou vale postal, a favor do SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL — Praça dos Três Poderes — Caixa Postal n.º 1.503 — Brasília — Distrito Federal.

PREÇOS:

	Cr\$
Número Especial	10,00
Número Avulso	5,00
Número Atrasado	6,00

Assinatura Anual

Via Superfície	20,00
Via Aérea	40,00

Serviço Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 1.503
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 24 PÁGINAS

PREÇO DESTA EXEMPLAR: Cr\$ 0,20